

# Intercâmbio entre coletivos indígenas de vigilância e monitoramento para proteção dos povos isolados na Amazônia brasileira

## Aldeia São Vicente Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá (Acre)

3 a 7 de maio de 2023

Realização:



**ASPIRH**  
Associação dos Povos Indígenas  
Kaxinawá do Rio Humaitá



Parceria



## Documento Final

Nós, lideranças dos povos indígenas Huni Kuin, Manxineru, Apurinã, Shanenawa, Kaxarari, Amondawa, Uru Eu Wau Wau (Jupaú), Tupari, Marubo, Matis, Kanamari e Matses, em conjunto com nossas organizações indígenas (COIAB, ASPIRH, MAPPHA, UNIVAJA, APIA, Associação Jupaú), aliados da sociedade civil organizada (Opi, CPI-Acre e CTI) e órgãos governamentais (Funai e Sesai), estivemos reunidos na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, no estado do Acre, para o Intercâmbio sobre iniciativas indígenas para a proteção de povos indígenas “isolados”, “desconfiados” ou “originários (shenipabu)”. Neste encontro, realizamos diversas discussões sobre a situação das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá e Mamoadate, no estado do Acre, da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, e da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, com presença de povos indígenas isolados, levantando alguns pontos importante para o debate e o conhecimento da sociedade em geral e dos órgãos de Estado, conforme segue:

### **Atualização sobre as dinâmicas territoriais dos parentes “desconfiados”**

Uma força tarefa deve ser realizada entre Funai e indígenas e representantes de organizações indígenas e da sociedade civil para aprofundar a análise e atualizar as informações sobre as mudanças de padrão de ocupação e deslocamento de indígenas isolados nas TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Mamoadate, Vale do Javari e Uru Eu Wau Wau, para o planejamento e implementação de estratégias e ações de proteção a esses povos.

### **Ameaças em nossos territórios: sistematização de informações e enfrentamento**

O desmatamento avança no entorno dos nossos territórios, especialmente na TI Uru Eu Wau Wau, ultrapassa os limites de sua área com iniciativas de grilagem e extração ilegal de madeira. Há também ramais madeireiros ilegais no entorno da TI Mamoadate, tanto do lado do Brasil, como do Peru, consequência de políticas de concessões florestais e da projeção da estrada Iñapari-Puerto Esperanza, que pretende cortar o território dos isolados Yine/Manxineru Hosha (Mashco-Piro). A TI Kaxinawá do Rio Humaitá já vem sofrendo os impactos da abertura da estrada Jordão-Novo Porto. Na TI Vale do Javari, a imensa rede ilegal de pesca continua ameaçando a vida de lideranças. O garimpo ilegal continua pressionando os povos indígenas isolados que vivem nas TIs Uru Eu Wau Wau e Vale do Javari. Além disso, a presença de missionários é uma ameaça nas TIs Vale do Javari, Kaxinawá do Rio Humaitá e Mamoadate. Em todos os territórios observamos o avanço do narcotráfico e facções do crime organizado. A Funai e demais órgãos de Estado, em conjunto com as nossas organizações indígenas e parceiros da sociedade civil, devem elaborar notas técnicas sobre essas ameaças em nossos territórios compartilhados com povos indígenas isolados para que possam subsidiar ações mais eficazes de enfrentamento.

### **Trabalho de educação e sensibilização com o entorno**

Destacamos a importância da realização de trabalhos de conscientização da população no entorno de todas as Terras Indígenas tratadas no intercâmbio. Assim, amenizaremos situações de conflito entre nossos parentes isolados e os não indígenas que vivem próximo aos nossos territórios. Para isso, buscamos apoio para a elaboração de materiais (cartilhas, livros, cartazes, audiovisual) com a participação de comunicadores indígenas, e visando a circulação em escolas e outros espaços públicos (secretarias, agências, associações etc.).

### **Protagonismo indígena para fortalecimento da Funai e da Sesai**

Exigimos que os contratos temporários atualmente vigentes nas Barreiras Sanitárias (ou Postos de Controle de Acesso) sejam renovados, e que a Medida Provisória que possibilita a renovação do contrato por mais cinco anos, seja assinada pelo Ministério da Gestão e Inovação. Exigimos também que os agentes temporários sejam absorvidos de forma permanente no quadro da Funai via concurso público específico, e que o trabalho desses profissionais contemple também atividades relacionadas à vigilância territorial, controle de acesso e monitoramento de aproximações, vestígios e avistamentos de indígenas isolados. Pedimos que os aliados se comprometam a continuar apoiando e financiando as atividades de monitores e vigilantes indígenas já em curso, e que a Funai estabeleça acordos de cooperação técnica com organizações indígenas e da sociedade civil a fim de fortalecer tais iniciativas. Esperamos também que as estratégias indígenas para a proteção dos territórios compartilhados com povos indígenas isolados sejam cada vez mais reconhecidas e apoiadas pela Funai e pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A SESAI deve investir em ações específicas de monitoramento da situação epidemiológica desse entorno. O protagonismo indígena deve ser cada vez mais promovido e instrumentalizado por meio de formações para uso de tecnologias, como drones, ferramentas de geoprocessamento, entre outras, levando em consideração a remuneração dos envolvidos em tais atividades. Além disso, demandamos a realização de novos intercâmbios, com o objetivo de compartilhar informações e experiências de proteção entre os diferentes povos indígenas vizinhos aos povos “desconfiados”.

### **Protocolos de segurança, planos de contingência e segurança alimentar**

Os planos de contingência elaborados pela Funai e Sesai para situações de contato com povos indígenas isolados devem ser realizados com a participação indígena e considerando os protocolos de segurança e as estratégias que já estão sendo implementados nas aldeias onde há a aproximação de isolados. O governo deve disponibilizar meios de comunicação para as essas aldeias e garantir meios de transporte para atendimento prioritário das demandas relacionadas aos protocolos de segurança. Todos os profissionais de saúde devem participar do processo de construção do protocolo de segurança, contribuindo no fortalecimento das ações

nos territórios e na sua implementação nas aldeias. Devem ser contratados indígenas para atuar como monitores para situações de aproximação dos isolados e, quando necessário, construir casas de monitoramento no território. O governo deve apoiar iniciativas de roçado e criação de animais para a garantia do acesso adequado à proteína em aldeias onde ocorrem situações de aproximação dos isolados, que impedem que seus moradores se desloquem para áreas mais distantes. Necessitamos ainda de apoio para a abertura de novos roçados em pontos estratégicos para evitar que os isolados utilizem os nossos roçados das aldeias.

### **Atualização e implementação de PGTAs**

Consideramos fundamental que os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas tratadas sejam implementados. Aqueles mais antigos devem ser atualizados e novos acordos comunitários devem ser firmados com vistas a salvaguardar a segurança das aldeias e a vida dos parentes isolados. A Funai e o MPI devem considerar os novos contextos de compartilhamento territorial com povos isolados, bem como a inserção desse tema nas pautas do Conselho Nacional de Política Indigenista, recentemente reativado, e nas discussões deliberativas do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). O fluxo e a sistematização de informações sobre a presença de povos isolados na Amazônia, e suas ameaças, deve ser melhor definido e envolver, em especial, a COIAB e suas organizações indígenas de base para subsidiar a incidência política junto aos órgãos competentes. Novas tecnologias de monitoramento devem ser proporcionadas aos povos indígenas, bem como a sua participação na construção e uso de plataformas de informação. Projetos de manejo e fortalecimento de cadeias produtivas devem ser promovidos nas aldeias localizadas no entorno de povos indígenas isolados.

### **Desafios transfronteiriços**

A proteção dos territórios com a presença de isolados nas TIs localizadas em contexto transfronteiriço, em especial as TIs Mamoadate, Vale do Javari e Kaxinawá do Rio Humaitá, dependem do envolvimento bilateral entre o Brasil e o Peru. Por isso, é fundamental que o MPI e o Ministério de Relações Exteriores construam acordos de cooperação e planos de trabalho com os órgãos do governo peruano. Exigimos que as forças de segurança dos dois países realizem ações conjuntas para combater atividades ilícitas na fronteira Brasil-Peru, como o narcotráfico internacional. Recomendamos o estabelecimento de canais de comunicação permanentes para troca de informações entre organizações indígenas e instituições governamentais dos dois países, e o fortalecimento de iniciativas de corredores territoriais de proteção aos povos indígenas isolados na fronteira Brasil-Peru (“Pano-Arawak” e “Yavari-Tapiche”).

Por fim, reforçamos a defesa da autodeterminação dos povos indígenas, e o direito dos parentes isolados de viver livres e em segurança em seus territórios. Para isso, exigimos que os nossos territórios sejam efetivamente protegidos. Acreditamos que a partir desse encontro e dessa aliança entre comunidades, organizações indígenas, parceiros da sociedade civil e órgãos governamentais possamos avançar na reconstrução da política de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. Seguiremos unidos lutando pelos nossos direitos e os dos nossos parentes "desconfiados".

**Aldeia São Vicente, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, Acre, 7 de maio de 2023.**

**Assinam:**

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá – ASPIRH

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – Univaja

Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene - MAPPHA

Associação do Povo Indígena Amondawa – APIA

Jupaú – Associação do Povo Indígena Uru Eu Wau Wau

**Parceiros e apoiadores:**

Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato – OPI

Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-Acre

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

Frente de Proteção Etnoambiental Envira - PPEE

Coordenação Regional Alto Juruá - CR Alto Juruá

Secretaria da Saúde Indígena - SESAI

Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá - DSEI Alto Rio Juruá

Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Purus - DSEI Alto Rio Purus

Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho - DSEI Porto Velho

Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho - DSEI Médio Purus